Geotemas, Pau dos Ferros, RN, Brasil
ISSN: 2236-255X, v. 16, 2026.

GLOBALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA (1990-2017): ANÁLISE DA PRODUÇÃO PERIÓDICA

Globalization in Brazilian Geography (1990-2017): analysis of periodical production

Globalización en la geografía brasileña (1990-2017): análisis de la producción periódica



Adriano Barbosa dos Santos
Univerisidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: santosabgeo@gmail.com

Rodrigo Dutra Gomes
Univerisidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: rdutragomes@gmail.com

Histórico do artigo
Recebido: 05 maio, 2026
Aceito: 14 setembro, 2026
Publicado: 12 novembro 2026

RESUMO

A presente pesquisa analisou a produção do conhecimento sobre a globalização na Geografia brasileira. Trata-se de um estudo de caráter bibliométrico e descritivo, baseado na análise de 96 artigos publicados em 28 periódicos entre 1990 e 2017. Foi observado crescimento das publicações a partir dos anos 2000 acompanhado por forte concentração regional no eixo Sudeste–Sul, responsável por cerca de 76% dos periódicos e pela maioria dos artigos em extratos superiores do Qualis-Sucupira. Cerca de um quinto das instituições respondeu por dois terços da produção, revelando centralização institucional e desigualdades estruturais que, em parte, reproduzem as dinâmicas espaciais desiguais analisadas pelas próprias pesquisas. Predominam temáticas da Geografia Econômica, Agrária e Urbana, com ênfase nas transformações territoriais do capitalismo contemporâneo. No plano teórico, destaca-se a centralidade de Milton Santos, cuja formulação do meio técnico-científico-informacional estruturou grande parte das interpretações, enquanto outros autores, como Octavio Ianni, aparecem com menor recorrência. Essa hegemonia conferiu densidade crítica ao debate, mas apontou para o desafio de ampliação da pluralização epistemológica. Os resultados indicam que a Geografia brasileira não apenas interpreta a globalização, mas também integra suas dinâmicas acadêmicas e institucionais, exigindo descentralização e atualização conceitual frente às transformações atuais do capitalismo global.

Palavras-chave: Global; produção científica; concentração regional; globalização e mundialização.

https://doi.org/10.33237/2236-255X.2026.8035

This is an open access article under the CC BY Creative Commons license
Copyright © 2026 Revista Geotemas

ABSTRACT

The present research analyzed the production of knowledge about globalization in Brazilian Geography based on a bibliometric and descriptive study of 96 articles in 28 journals between 1990 and 2017. Growth in publications was observed from the 2000s onwards, with strong regional concentration in the Southeast-South axis, responsible for about 76% of journals. One-fifth of institutions accounted for two-thirds of production, revealing institutional centralization and structural inequalities. Themes of Economic, Agrarian and Urban Geography predominate, with emphasis on territorial transformations of contemporary capitalism. The centrality of Milton Santos stands out. This hegemony gave critical density to the debate but pointed to the challenge of epistemological pluralization. Globalization and mundialization appear differentiated, articulated and complementary in the research. Results indicate that Brazilian Geography not only interprets globalization but also integrates its academic and institutional dynamics.

Keywords: Global; scientific production; regional concentration; globalization and mundialization.

RESUMEN

La presente investigación analizó la producción de conocimiento sobre la globalización en la Geografía brasileña a partir de un estudio bibliométrico y descriptivo de 96 artículos en 28 revistas entre 1990 y 2017. Se observó crecimiento de publicaciones a partir de los años 2000 y fuerte concentración regional en el eje Sureste-Sur, responsable de cerca del 76% de las revistas. Una quinta parte de las instituciones representó dos tercios de la producción, revelando centralización institucional e inequidades estructurales. Predominan temas de Geografía Económica, Agraria y Urbana, con énfasis en las transformaciones territoriales del capitalismo contemporáneo. Destaca la centralidad de Milton Santos. Esta hegemonía aportó densidad crítica al debate, pero señaló el desafío de la pluralización epistemológica. Globalización y mundialización aparecen diferenciándose, articulándose y complementándose en las investigaciones. Los resultados indican que la Geografía brasileña no solo interpreta la globalización, sino que también integra sus dinámicas académicas e institucionales.

Palabras clave: Global; producción científica; concentración regional; globalización y mundialización.

1 INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento é construída através de uma série de fatores objetivos e subjetivos que inevitavelmente influenciam as percepções e acepções dos fenômenos. Em termos epistemológicos, a globalização é um processo de intenso e variável dinamismo teórico-prático, com os diversos discursos sobre o tema necessariamente expressando isso. Nessa direção, apesar de muito se produzir sobre o tema globalização, muito pouco se pesquisa sobre a própria produção do conhecimento sobre globalização, o que restringe as possibilidades de evolução teórico-metodológica pela inconstância da própria produção. Em termos amplos, na Geografia do Brasil pode-se dizer que muito se estudou sobre os

fenômenos geográficos da realidade, mas muito menos foi dito sobre a própria produção desse conhecimento seus princípios, organizações, evoluções, ramificações etc.

Cabe investigar quais os caminhos que a Geografia brasileira percorreu para refletir sobre a globalização na produção científica e também problematizar sua organização interna, seja em termos de análise quantitativa e qualitativa, seja em termos de leitura epistemológica. Nesse contexto, podemos perguntar: qual o perfil da produção científica sobre globalização na Geografia brasileira? Como se manifesta o estudo sobre globalização na Geografia nacional? Quais locais mais produziram? Quais regiões do país o tema foi mais pesquisado? Quais periódicos são os principais divulgadores? Quais os principais autores? Quais livros são as principais referências? Quais as principais leituras sobre globalização pelo viés da Geografia Brasileira?

Considerando tais questões, a pesquisa realizou uma análise sobre a produção científica da Geografia brasileira sobre globalização, destacando características do debate. O objeto de análise compreendeu os trabalhos publicados em periódicos científicos nacionais a partir de 1990 até o ano de 2017. O recorte temporal 1990–2017 justifica-se pela convergência de transformações profundas no objeto de estudo e nas condições de produção do conhecimento geográfico. O ano de 1990 marca uma inflexão histórica com o fim da Guerra Fria (queda do Muro de Berlim, colapso da URSS), a intensificação da integração financeira global (desregulamentação, blocos regionais, criação da OMC) e, no Brasil, o início das reformas liberais, seguido do Plano Real em 1994, colocando o Brasil em um movimento mais acentuado da globalização do final do século XX, demandando dos geógrafos novas ferramentas conceituais para interpretar os fenômenos emergentes.

Simultaneamente, o período de 1990–2017 coincide com a consolidação institucional da pós-graduação em Geografia (expansão de 13 para 77 programas, crescimento de 500%), a profissionalização da editoração científica e a digitalização de periódicos (Aguilar et al., 2023; Reyes Novaes e Lamego, 2022), o que viabiliza análises bibliométricas robustas, incluindo ainda a fase de máxima produtividade de Milton Santos, cujas obras fundamentais sobre globalização foram publicadas precisamente nesse intervalo ("A Natureza do Espaço", 1996; "Por uma outra globalização", 2000), consolidando-se nesses anos como referências.

O marco final em 2017 justifica-se por encerrar um ciclo político-econômico no Brasil (Golpe de Estado no governo Dilma, reformas neoliberais aceleradas) e, globalmente (Brexit, eleição de Trump, ascensão de nacionalismos), sinalizando o fim da era de consenso neoliberal e inaugurando nova fase que exigiria análise específica. Além disso, o período permite trabalhar com corpus documental completo e estabilizado, capturando um

ciclo relativamente completo de debates, dos entusiasmos iniciais com a "aldeia global" nos anos 1990 até questionamentos sobre a sustentabilidade do modelo nos anos 2010. Neste sentido, alinha-se com periodizações estabelecidas que identificam nos anos 1990 o início de uma fase mais intensa da globalização e facilita a compreensão de como a Geografia brasileira construiu seu entendimento sobre um dos temas centrais da disciplina no final do século XX e início do XXI.

A pesquisa é de caráter bibliométrica, bibliográfica, exploratória e descritiva, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa). O objeto empírico são os artigos publicados entre 1990 e 2017 em periódicos nacionais diretamente vinculados à Geografia, qualificados no Qualis CAPES entre A1 e B4, avaliados no quadriênio 2013–2016 (período das publicações). A seleção dos artigos foi feita por busca nos sites dos periódicos e bases acadêmicas, com dois critérios principais: (1) presença do termo “globalização” no título ou, alternativamente, (2) a utilização de termos e conceitos diretamente associados ao tema (como “mundialização”, “internacionalização”, “economia global”, “geopolítica global”) em título, resumo ou palavras-chave.

A partir do material obtido, construiu-se uma base de dados para análises estatísticas descritivas (perfil temporal, regional, temático e autoral da produção), complementadas por análise de conteúdo dos textos, cujos resultados são sintetizados em gráficos e figuras, articulados em seguida à uma leitura de aspectos epistemológicos. Os gráficos foram gerados a partir dos dados brutos no programa EXCEL e trabalhados graficamente no programa MANUS. No plano qualitativo, foi feita análise de conteúdo dos textos, identificando modos de conceituar a globalização, uso das categorias básicas e centralidades de autores, gerando uma análise de alguns aspectos epistemológicos gerais.

O texto se organiza da seguinte forma: (1) a análise e descrição dos dados a partir dos artigos selecionados. A primeira parte do texto é composta pelas descrições e análises dos gráficos e figuras geradas, buscando oferecer bases para que colegas possam problematizar a produção científica realizada. (2) Serão realizadas considerações epistemológicas gerais sobre a leitura encontrada em dois subtópicos. Inicia-se com as considerações sobre o problema da centralidade na produção científica, seguida da discussão sobre os conceitos de globalização e mundialização.

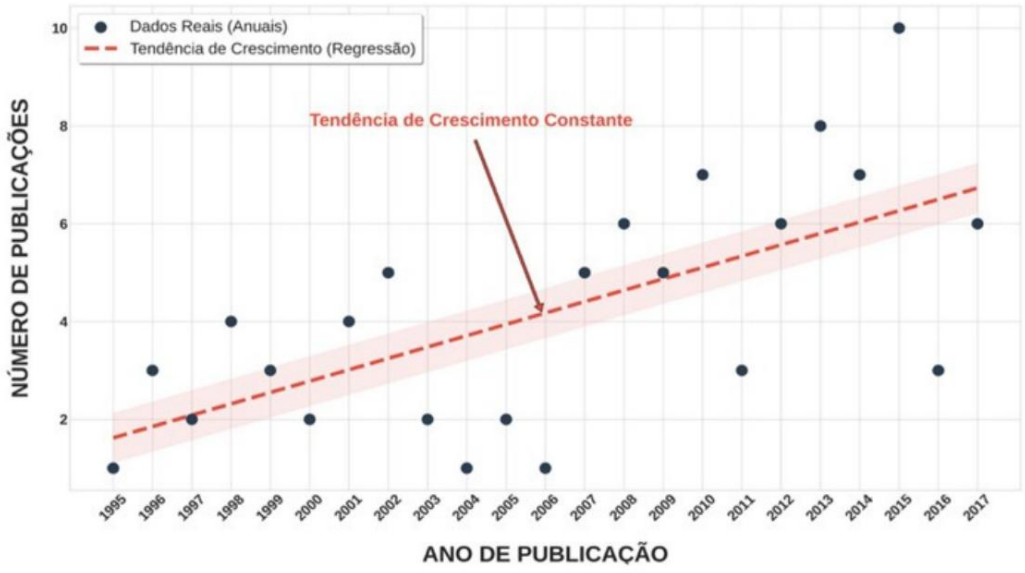
Ao mapear sistematicamente os artigos publicados em periódicos qualificados entre 1990 e 2017, em um período marcado por profundas transformações geopolíticas, pela consolidação da pós-graduação em Geografia e pela hegemonia de determinados referenciais, a pesquisa pretende oferecer um conjunto de informações que sirvam de base

para a reflexão crítica sobre a forma como o campo geográfico brasileiro vem construindo seus saberes, e em específico, pensado o mundo. Mais do que descrever números, gráficos e figuras, busca-se disponibilizar elementos que permitam a docentes, discentes e pesquisadores problematizar as centralidades teóricas, identificar silêncios, reconhecer tendências e diversidades e, a partir disso, qualificar o debate epistemológico sobre a produção do conhecimento geográfico no país.

2 A GLOBALIZAÇÃO PELA ANÁLISE: DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO PERIÓDICA

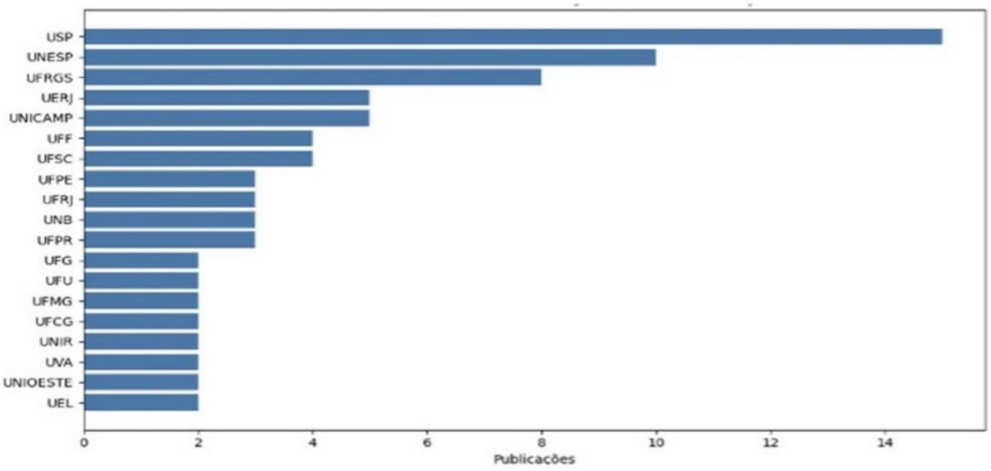
A publicação de artigos em periódicos é um dos principais meios de divulgação científica. A Geografia integra esse movimento contando com diversas revistas especializadas que divulgam pesquisas no Brasil e no mundo. No país, cursos de pós-graduação, redes científicas e associações mantém periódicos (sobretudo eletrônicos), com edições regulares contendo artigos submetidos e avaliados.

Figura 01 – Tendência histórica da produção científica



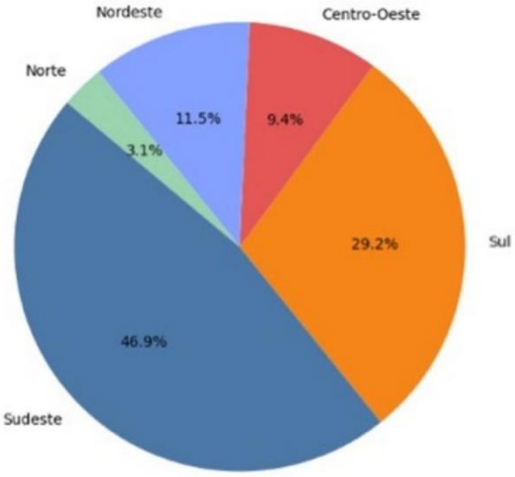
Fonte: Autores (2025)

Figura 02 – Centro acadêmico com publicações sobre Globalização



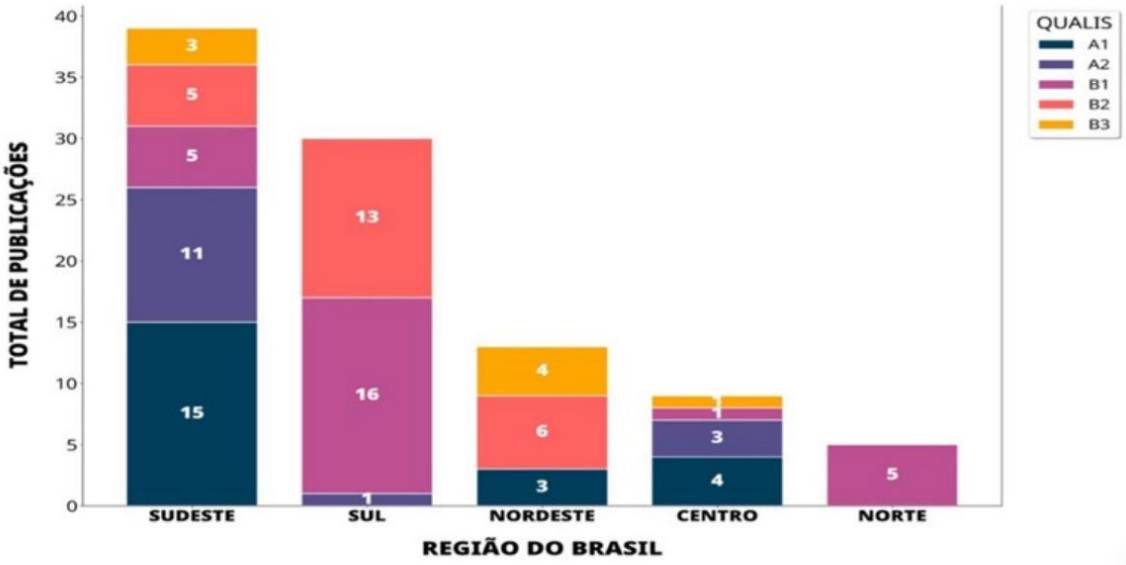
Fonte: Autores (2025)

Figura 03 – Distribuição por região e periódicos



Fonte: Autores (2025)

Figura 04 – Distribuição por região e Qualis



Fonte: Autores (2025)

Ao todo foram analisados 28 periódicos e encontrados 96 artigos. A figura 1 da "Tendência Histórica da Produção Científica" mostra uma evolução crescente no número de artigos sobre globalização em Geografia ao longo dos anos de 1990 a 2017. Nos anos iniciais (década de 1990), a produção é muito modesta (tipicamente 1–2 artigos/ano). A partir de meados dos anos 2000 (2007) há um aumento mais acentuado, chegando a cerca de 9–10 artigos em 2016–2017. Apesar de alguma variabilidade, a inclinação positiva da linha confirma que, em média, a cada ano surgiram mais pesquisas. Essa trajetória de crescimento reflete o contexto descrito na introdução que, após a estabilização econômica do Plano Real (1994) e a intensificação da globalização, as pesquisas de Geografia sobre globalização aumentaram progressivamente. Em resumo, a publicação sobre globalização em Geografia nacional tem apresentado crescimento consistente ao longo do período analisado, sem sinais de saturação.

A figura 2 mostra o número de publicações sobre globalização por instituição acadêmica (centros de pesquisa ou departamentos de Geografia). As principais produtoras são Universidade de São Paulo (cerca de 15 publicações), Universidade Estadual Paulista (aprox. 9) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (cerca de 7–8), seguidas por outras instituições com menor número de publicações. A concentração regional se destaca com quase todos os principais centros situando-se nas regiões Sudeste e Sul. A Universidade Federal de Pernambuco (Nordeste) surge mais atrás e, no Norte, apenas a Universidade Federal de Roraima (Acta Geográfica) aparece com alguma expressão, sem estar entre os

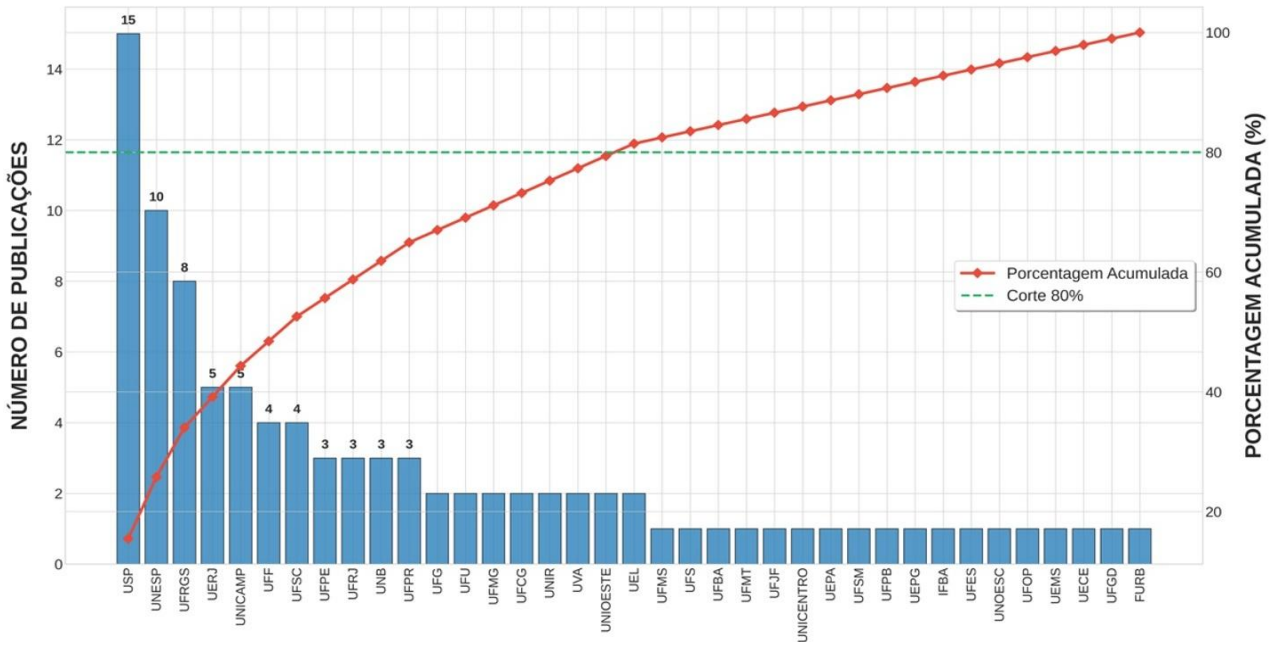
maiores produtores.

É importante destacar que tais dados tem relação direta com o momento pelo qual passava o país, bem como ao fato de a maior parte dos programas de pós-graduação estarem, em grande parte do período analisado, concentrados em grandes centros urbanos da região Sudeste/Sul. A interiorização da pós-graduação ainda não era algo tão visível (Reyes Novaes e Lamego, 2022). Assim, a produção em Geografia sobre globalização também se concentrou nos centros do Sudeste e Sul, reproduzindo o conhecido desequilíbrio da produção acadêmica brasileira (Moreira, 2006), em que universidades mais antigas e com mais recursos lideram o volume de publicações.

Confirmando a concentração regional, a figura 3 apresenta a participação percentual das cinco regiões brasileiras no conjunto de periódicos que publicaram artigos sobre globalização em Geografia. A Região Sudeste respondia por cerca de 46,9% dos periódicos, seguida pelo Sul, com 29,2%. Juntas, somavam 76% do total. As demais regiões tiveram participação bem menor: o Nordeste, com 11,5%; o Centro-Oeste, com 9,4%; e o Norte, com apenas 3,1%. Essa distribuição acompanhou a maior concentração de cursos, pesquisadores e instituições consolidadas no Sudeste e Sul. O Norte, com cerca de 3% dos periódicos, revela uma lacuna importante, ainda que existissem iniciativas locais, como a Acta Geográfica. Desse modo, a figura 3 reforça o desequilíbrio geográfico, com Sudeste e Sul concentrando a maior parte dos periódicos e as demais regiões com presença minoritária, o que pôde influenciar os temas abordados e a circulação das pesquisas.

A figura 4 relaciona a região do país à classificação Qualis-CAPES dos periódicos (A1, A2, B1, B2, B3), mostrando simultaneamente volume e estrato da produção. O Sudeste lidera em quantidade total, com cerca de 39 publicações, seguido pelo Sul (aprox. 30), Nordeste (cerca de 13), Centro-Oeste (8) e Norte (5). O Sudeste também concentra a maior parte das publicações em periódicos de alto Qualis, com cerca de 15 artigos em A1 e 11 em A2. O Centro-Oeste, apesar do menor número de trabalhos, conta com 4 em A1 e 3 em A2. Esse quadro mostra que o Sudeste não apenas teve o maior volume, mas também a maior presença em periódicos de alta classificação, reforçando a centralidade dessa região nos canais mais valorizados de publicação.

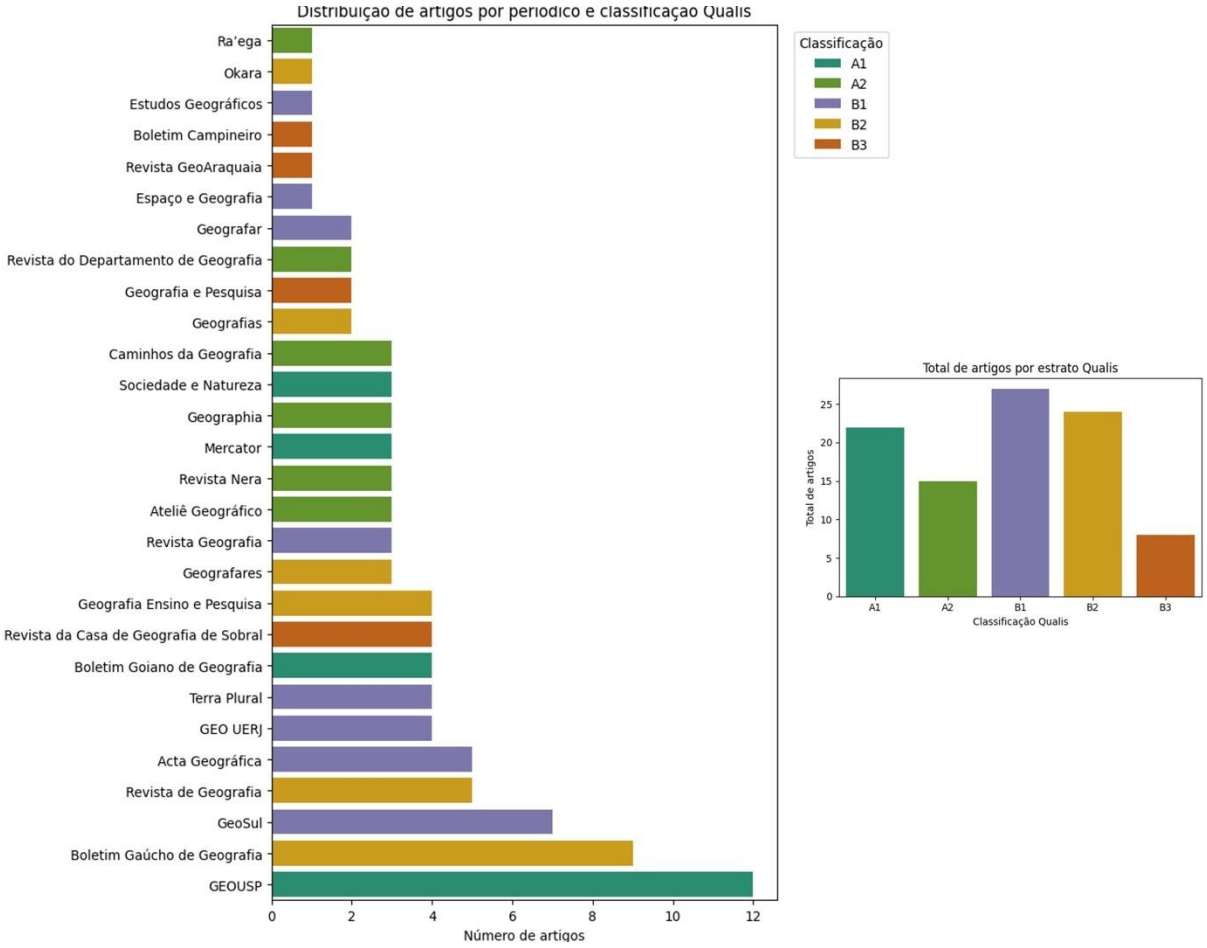
Figura 05 - Concentração da produção por instituição: instituição x porcentual acumulado



Fonte: Autores (2025)

A figura 05 apresenta tanto dados absolutos quanto uma comparação, com as instituições ordenadas por número decrescente de artigos. Observa-se que poucas instituições concentram grande parte da produção. A primeira instituição apresenta cerca de 15 artigos (aproximadamente 15% do total), seguida por outras com valores menores. Em conjunto, aproximadamente as oito primeiras instituições reúnem algo em torno de 50–60% da produção total. Nota-se também uma longa curva pouco acentuada formada por universidades com apenas um ou dois artigos, que contribuem de forma pontual. Esse padrão confirma a forte concentração institucional, refletindo desigualdades de recursos, tradição acadêmica e capacidade de pesquisa. Assim, a produção sobre globalização foi majoritariamente conduzida por poucos polos consolidados, enquanto a maioria das instituições participava de forma esporádica.

Figuras 06 e 07 – Distribuição de artigos por periódico (6) e total de artigos por extrato qualis (7)



Fonte: Autores (2025)

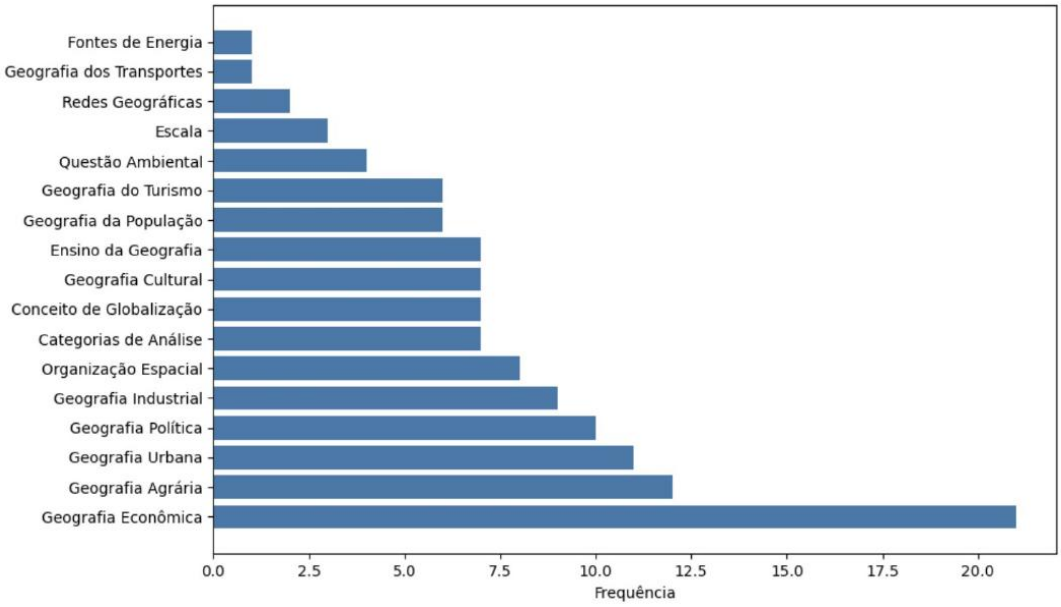
A figura 6 apresenta o número de artigos sobre globalização por periódico, com cores indicando a classificação Qualis-CAPES (A1, A2, B1, B2, B3). A distribuição dos 96 artigos entre os 28 periódicos analisados apresenta clara concentração em poucas revistas. A GEOUSP (A1) apresentou 12 artigos, cerca de 12,5% do total da produção identificada. Em seguida aparece o Boletim Gaúcho de Geografia (B2), com 9 artigos, e a GeoSul (B1), com 7. Considerando os três periódicos mais produtivos, somam 28 textos, quase 30% de toda a amostra, o que revela centralização editorial. Ao mesmo tempo, essa concentração não se restringe a um único estrato Qualis, pois periódicos classificados entre A1, B1 e B2 figuram entre os mais produtivos.

A distribuição da figura 7 reforça a ideia de centralização, mostrando que a pesquisa sobre globalização circulou principalmente em alguns periódicos nacionais de grande

visibilidade (A1/A2/B1 detêm 56 artigos – 58,3%) e em algumas revistas regionais importantes, enquanto a maioria dos periódicos publicou o tema apenas ocasionalmente. Poucas revistas concentraram várias publicações, ao passo que muitas apareceram com um número reduzido de artigos, o que sugere dispersão temática e ausência de um núcleo amplo e contínuo de pesquisas sobre o assunto.

Consideradas em conjunto, as figuras confirmam um padrão de centralidade. A liderança está no Sudeste e Sul (USP, UNESP, UFRGS, entre outros), com as revistas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste participando de forma mais modesta em volume de artigos (24%), e a maior parte das publicações em periódicos de alto Qualis (A1/A2) concentrando-se nesses grandes centros, sobretudo no Sudeste. Forma-se, assim, um tronco principal de pesquisa, articulado em torno de universidades consolidadas e revistas de maior prestígio, ao lado de uma rede de núcleos menores e periódicos regionais com participação mais esporádica. Essa configuração reforça a centralização da produção e aponta a necessidade de fortalecimento das pesquisas e periódicos das demais regiões para reduzir os desequilíbrios regionais.

Figure 08 – Temáticas das publicações



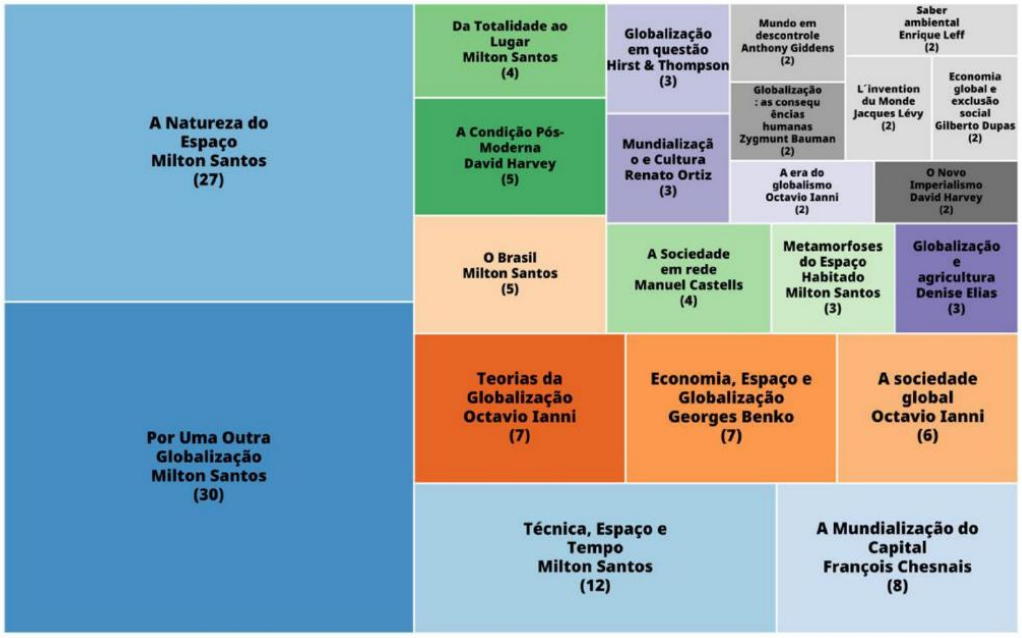
Fonte: Autores (2025)

Figure 09 – Nuvem de palavras temáticas das publicações



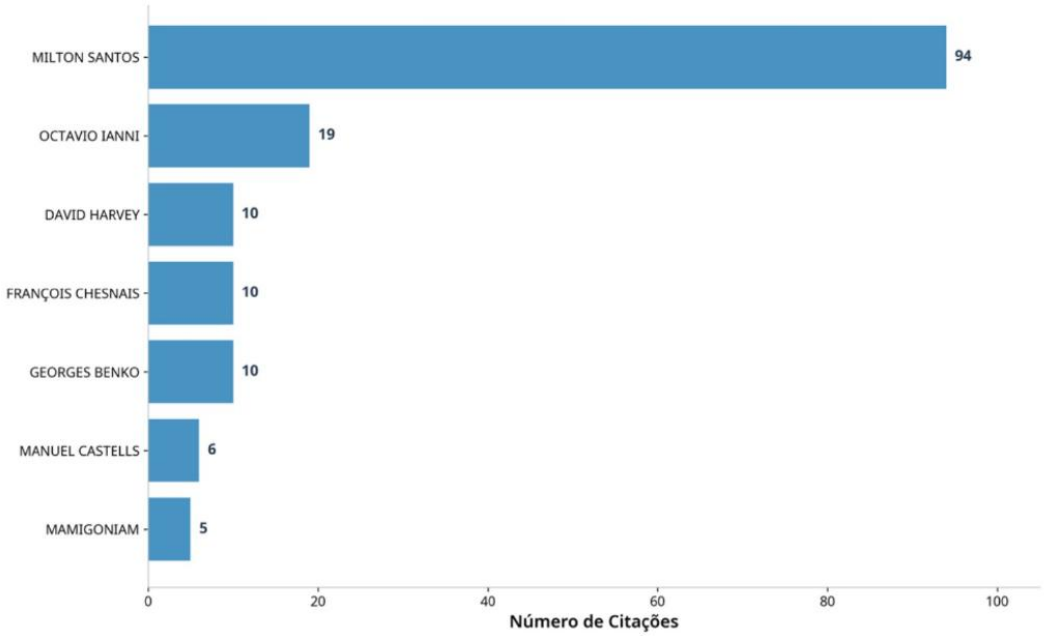
Fonte: Autores (2025)

Figure 10 – Panorama de citações: obras e autores



Fonte: Autores (2025)

Figure 11 – Distribuição de citações por autor principal



Fonte: Autores (2025)

As figuras 08, 09, 10 e 11 referem-se ao quadro temático, autores e livros mais citados. Na figura 8 ressalta-se que “Geografia Econômica” é o tema dominante, com cerca de 21 ocorrências, seguida por “Geografia Agrária” e “Geografia Urbana” (aproximadamente 12 e 11 ocorrências, respectivamente). Outros temas significativos incluem “Geografia Política” (10 vezes), “Geografia Industrial” (9 vezes) e “Geografia Cultural” (7 vezes). Temas conceituais, como “Conceito de Globalização” e “Categorias de Análise” aparecem com frequência moderada (cerca de 6–7 citações cada), sugerindo interesse em discutir definições e quadros analíticos do fenômeno.

Essa distribuição indica que, embora a globalização interfira em múltiplos fenômenos, os pesquisadores privilegiaram análises econômicas e espaciais amplas (econômica, agrária, urbana, política) em detrimento de tópicos mais específicos. Em termos de interpretação, os dados sugerem que o debate esteve fortemente centrado nas transformações econômicas e na organização do espaço (agrário e urbano), possivelmente refletindo as mudanças estruturais que a globalização trazia às economias urbana e rural. A presença de temas como *Conceito de Globalização* e *Categorias de Análise* mostra que houve preocupação em fundamentar teoricamente o campo de estudo, mas em menor escala comparada às aplicações empíricas (econômica, agrária etc.). Essa ênfase temática pode também ter refletido tradições de pesquisa de grupos acadêmicos específicos ou

instituições mais produtivas.

Na figura 10 (Panorama de citações) está organizada as principais obras e autores citados nos artigos. Cada célula do gráfico traz o título de uma obra, o autor e o número de citações daquela obra. Considerem o quadro inteiro como a totalidade das publicações. O tamanho dos quadros internos corresponde à representatividade numérica em relação ao conjunto. Nota-se imediatamente que as obras de Milton Santos são as mais citadas. Por exemplo, destaca-se *"Por Uma Outra Globalização"* com cerca de 30 citações, *"A Natureza do Espaço"* com 27, e *"Técnica, Espaço e Tempo"* com 12. Sobressai-se ainda *"Da Mundialização do Capital"* (François Chesnais) com 8, *"Teorias da Globalização"* e "*A Sociedade global"* ambos de Octavio Ianni com 7 e 6 citações respectivamente, "*Economia, Espaço e globalização"* (Georges Benko), *"A Sociedade em Rede"* (Manuel Castells) com 4, dentre outras. Obras de David Harvey (p.ex. *"Condição Pós-Moderna"* com 5), além de títulos de outros clássicos (Giddens, Castoriadis) aparecem com menor incidência.

A figura revela que a bibliografia de Milton Santos domina amplamente a base teórica dos artigos analisados (ao todo 81 citações dos livros), seguido a distância por Octavio Ianni (13). Essa concentração sugere que os debates acadêmicos sobre globalização no Brasil estão fortemente ancorados na tradição interpretativa desses autores, especialmente Milton Santos, que introduziu conceitos e entendimentos muito utilizados posteriormente. A presença de títulos de Ianni, Castells e Harvey indica influência internacional ou regional (Castells, Harvey) moderada, mas em menor escala. Em geral, o panorama sugere que existe um núcleo de referências consensuais que estruturam a literatura empregada, reforçando a ideia de que a "produção do conhecimento" sobre globalização nas revistas de Geografia está ancorada em poucos autores/obras de peso, alinhando à predominância de temas econômicos e sociais detectada acima.

Na distribuição de citações por autor principal (figura 11), chama atenção o valor alto de Milton Santos, com 94 citações registradas, muito acima de qualquer outro autor. Em segundo lugar aparece Octavio Ianni com 19 citações, e empatados logo atrás David Harvey, François Chesnais e Georges Benko, cada um com 10 citações. Em seguida, vêm Manuel Castells com 6 e Armen Mamegonian com 5. Observa-se que nenhum outro autor ultrapassa a casa dos dois dígitos, o que reforça o caráter de peso teórico de Milton Santos na bibliografia de globalização em Geografia. A diferença (94 vs. 19) aponta que, praticamente, todo artigo cita Milton Santos, enquanto outros autores são citados esporadicamente.

Esse quadro sugere alguns efeitos potenciais. Por um lado, os debates acadêmicos

podem estar em parte fechados a certos paradigmas (exemplificados por Santos e Ianni), limitando a diversidade epistemológica. Por outro lado, pode-se inferir que a influência de Milton Santos é obra do reconhecimento interno à Geografia brasileira e de um viés nacional-internalista nas referências citadas, já que o autor apresenta uma nova leitura dos processos globais pela perspectiva dos países periféricos. Para além, os dados visuais indicaram, no período, forte nucleação temática/e institucional. Havia pouca diversificação temática ou autoral explícita. Com isso, percebe-se que teóricos externos influentes (p.ex. Harvey, Castells) tiveram peso secundário, talvez por preferência por abordagens nacionais divulgada a partir da nucleação nos departamentos, pós-graduação e graduação para outras regiões, considerando que Milton Santos a partir de 1983 se tornou professor da USP. De qualquer forma, a dominância de um único autor sugere que as explicações teóricas em grande medida convergiram para um único "trajeto intelectual", denotando um possível corpus unificado (paradigmático) na disciplina. Essa configuração corrobora observações anteriores sobre o desequilíbrio acadêmico, já que assim como há concentração regional (Sudeste/Sul) e institucional na produção, há centralização epistemológica nos tópicos e referências.

3 ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A descrição bibliométrica oferece um quadro amplo que permite problematizar aspectos epistemológicos da forma como a Geografia brasileira tratou a globalização como objeto de investigação. Com base nos dados obtidos pretendemos agora discutir dois aspectos epistemológicos: (1) o problema da centralidade na produção; (2) o uso dos conceitos de globalização e mundialização.

3.1 Aspectos da descrição bibliométrica: centralidade na produção

Na análise da produção científica sobre globalização dois aspectos chamaram a atenção: (1) a centralidade de Milton Santos como referência paradigmática, e (2) a concentração regional e o desenvolvimento geográfico desigual, com a produção acadêmica não apenas pesquisando desigualdades espaciais, mas também reproduzindo-as institucional e epistemologicamente.

(1) A centralidade de Milton Santos: A importância de Milton Santos vai além da dimensão quantitativa das citações, se tratando de uma marcante referência epistemológica tanto no processo de interpretação sobre os modos de ser e constituição do mundo atual, quanto na orientação das perguntas, conceitos e vocabulários que foram utilizados nas pesquisas. Livros como “Por uma outra globalização, A Natureza do Espaço, e Técnica, Espaço, Tempo” apresentam frequências que superam amplamente outros autores. O papel “paradigmático” (Kuhn, 1978) se destaca quando notamos que, por um lado, mesmo que outros autores estejam sendo citados, a discussão se dá em diálogo às proposições de Milton Santos e, por outro lado, essa presença se mantém constante ao longo do período analisado e da distribuição regional das revistas.

Isso pode sugerir um sentido paradigmático que, a partir da nucleação do sudeste-sul, foi sendo difundido e institucionalizado nas universidades e grupos de pesquisa das outras regiões nacionais pela expansão da pós-graduação (Sidone et al., 2016). Pesquisas bibliométricas têm confirmado essa influência de Milton Santos principalmente a partir da década de 90 na Geografia brasileira em geral, seja nas revistas, seja nos cursos de pós-graduação, e não somente em pesquisas sobre globalização (Souza, 2023; Pinto, 2022; Pinto et al., 2021).

Duas situações se apresentam. Primeiramente, a tradição ‘miltoniana’ persiste ao longo do tempo em aplicações práticas sobre temas diversos, como exemplo, processos urbanos (Zorzal e Silva, 2020) agricultura (Silva, 2005), indústria (Júnior, 2012), turismo (Assis, 2012), etc oferecendo arcabouço teórico-metodológico que vem sendo confrontado empiricamente, num processo que envolve teste e possível falseamento (Popper, 2008). Conceitos e entendimentos como “meio técnico-científico informacional” e “indissociabilidade de sistemas de objetos e sistemas de ações”, não somente têm sido testados ao longo do período analisado, como parece ter aumentado a sua influência ao longo do período. Isso expressa que seu pensamento tem sido constantemente atualizado e posto à prova em sua pertinência teórico-metodológica, seja para a forma como a Geografia nacional tem produzido conceitualmente o entendimento dos processos espaciais ligado à globalização, seja para como se dá a reestruturação produtiva, desigualdade regional, financeirização, modernização excludente etc.

Considerando o período de 1990 a 2017, ficou demonstrado que a cartilha neoliberal ligada ao Consenso de Washington aprofundou as desigualdades sociais e aumentaram a vulnerabilidade de econômicas de países considerados periféricos frente ao capital internacional. Observou-se então que muitos dos fluxos de capitais que fugiram desses

países economicamente vulneráveis se alojaram nos EUA, que viveram, neste mesmo período, uma das maiores expansões econômicas de sua história recente, o que, em termos práticos tornou-o indiferente às repercussões nas populações locais dos países em crise (Ruckert e Carneiro, 2018). Neste contexto, a leitura crítica de Milton Santos veio, ao longo das duas décadas analisadas, oferecer um arcabouço teórico e metodológico que ajudou a explicar criticamente esse contexto a partir das especificidades dos países não-hegemônicos.

Uma segunda situação que podemos destacar é o perigo da monotonia (Pinto, 2022, p.201) na forma como a globalização é problematizada, podendo gerar certa dificuldade na formulação de novas perguntas fora da abordagem dominante. A ideia de que a hegemonia de um paradigma carrega tal sentido é exposto na proposta clássica de Kuhn (1978, p.13). Um paradigma é considerado por ele como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Quando um paradigma se consolida, ocorre o que Kuhn (1978) chamou de “ciência normal”, que é pautada pela expansão de “pesquisas firmemente baseada em uma ou mais realizações cientificas passadas”. Caracteriza-se por ser uma fase de predomínio de um paradigma. Se considerarmos um ‘paradigma miltoniano’, podemos dizer que este viveu e vive um momento de ciência normal, se expandido a partir da década de 90, com as citações e referências demonstrando o caráter cumulativo e bem-sucedido em termos de uso da proposta.

O perigo da monotonia de um paradigma está ligado ao nosso ver ao conceito de “incomensurabilidade” (Kuhn, 1978). Considerando que diferentes paradigmas organizam e interpretam a experiência científica de modos diferentes, possuindo conceitos, problemas, métodos e critérios próprios, eles se tornam incomensuráveis porque não podem simplesmente ser comparados entre si. Para Kuhn (1978) os membros de uma comunidade, educados dentro de um paradigma, protegem-no de problemas, afastando-os de aspectos que o contrariam, de maneira que os cientistas de paradigmas anteriores nunca aceitam de imediato e inteiramente uma nova teoria, com sua substituição se dando muitas vezes somente de forma lenta e progressiva, pelas novas gerações.

Considerando o período analisado (1990-2017), de interiorização e da expansão das universidades, pós-graduação e produção científica no Brasil, a nucleação institucionalizada no eixo Sudeste-Sul (Sidone et al., 2016), gerou preferências teóricas e metodológicas. Além disso, no período ainda era baixa a integração às redes científicas nacionais e globais, ocorrendo na verdade uma intensificação e ampliação das redes regionais, de forma que,

frente a essa centralidade sudeste-sul, figuras intelectuais com grandes contribuições se tornaram centrais nas comunidades geográficas no Brasil.

Com isso, para a globalização a centralidade de um paradigma miltoniano pode ser compreendida primeiramente como um elemento de coesão teórica, metodológica e perspectiva crítica adotada para a leitura dos processos globais, servindo de ponto de referência para a ampliação do debate. Neste sentido, sua influência fornece um vocabulário comum à produção analisada, o que, no entanto, não parece ter impedido o diálogo com outras perspectivas e experiências espaciais. Ou seja, a hegemonia também facilitou a capilaridade regional ao fornecer uma linguagem comum por um arcabouço robusto.

Por outro lado, a monotonia pode também ser vista como limitando a inovação no campo ao se cristalizar categorias diante de transformações recentes do capitalismo e maturação de novas perspectivas 'paradigmáticas'. A nosso ver a expansão de um paradigma miltoniano em termos de 'ciência normal' não parece ter promovido a estagnação da reflexão ou limitado o diálogo com outras perspectivas. Assim, nestas duas situações de confronto, não parece se tratar, de forma alguma, de evitar algum referencial teórico, mas sim de se precaver contra possíveis tendências à rigidez paradigmática, realizando a leitura numa perspectiva dialógica de contato com outras abordagens.

(2) A concentração regional e o desenvolvimento geográfico desigual: É interessante notar que embora a produção da geografia brasileira sobre globalização destaque as desigualdades espaciais geradas, a própria geografia acadêmica expressa uma estrutura de produção do conhecimento com notáveis concentrações, desigualdades regionais e institucionais. A análise revela uma concentração marcante: cerca de 20% das instituições, como USP, UFRJ, UNICAMP, UNESP e UFMG, respondem por aproximadamente dois terços da produção. Regionalmente, Sudeste e Sul concentraram a maioria dos artigos, refletindo desigualdades históricas na distribuição de recursos. Para discutir essa situação podemos recorrer aos próprios autores mais citados.

Octavio Ianni (2000), por exemplo, destaca como a globalização enquanto processo reorganiza hierarquias nas diversas escalas e instituições, podendo neste caso ajudar a interpretar o campo geográfico científico tanto em termos hierárquicos de dependência internacional de autores, quanto nacionalmente na relação escalar e institucional entre centro-periferia das regiões do país. Podemos dizer que a distribuição desigual de infraestrutura, o acesso a bases de dados e redes acadêmicas demonstra que a produção geográfica sobre Globalização carrega hierarquias ocidentalmente naturalizadas, como é o caso a centralidade de certos polos (como a USP, UFRJ etc) e autores (Milton Santos, David

Harvey, George Benko etc), refletindo decisões e movimentos históricos e reforçando desigualdades regionais tradicionais do país.

Nos dados observados podemos vislumbrar, neste sentido, uma certa diferenciação entre centros tradicionais, instituições emergentes e periferias acadêmicas. Os centros tradicionais consolidados no eixo Sul-Sudeste aparecem no topo (figura 5), funcionando como o 'núcleo duro' da pesquisa sobre o tema, concentrando mais de 44% de todas as publicações mapeadas, o que remete ao maior número de financiamento, a existência de redes internacionais consolidadas e programas de pós-graduação já bem-conceituados. As instituições emergentes aparecem em seguida numa faixa intermediária composta por universidades pertencentes à expansão para o interior do país, fora do eixo central como é o caso de UEL, UNIOESTE, UFG, UFU, UFCG e UNIR. Neste caso, expressam o esforço de grupos de pesquisa específicos no processo de interiorização e diversificação regional para com os estudos de dinâmicas globais.

As periferias acadêmicas aparecem (figura 5) por uma longa curva formada por quase 20 instituições que registram apenas 1 artigo, o que parece carregar os desafios estruturais enfrentados pelas instituições periféricas em relação aos grandes circuitos para o financiamento e infraestruturação das pesquisas, o que, por outro lado, também demonstra uma certa difusão, embora no período ainda pequena, da reflexão sobre a globalização em diferentes contextos territoriais do país.

Essa desigualdade sobre o desenvolvimento geográfico da produção acadêmica parece refletir as contradições exposta por Harvey (2006) em termos de dinâmicas capitalistas mais amplas, logo como parte dessa dinâmica mais global. Conforme já observou outros autores (Sidone et al., 2016) a desigualdade regional na produção científica está diretamente associada às acentuadas disparidades na distribuição dos recursos científicos e tecnológicos, com as regiões Sudeste e Sul sendo favorecidas pela concentração de universidades e institutos de pesquisa historicamente consolidados, bem como pela maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros devido a políticas implementadas por agências de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o CNPq, a Capes e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (Sidone, et al. 2016).

Assim, essas desigualdades espaciais expressam processos análogos ligados à acumulação por espoliação, de forma que, mesmo que haja expansão pela interiorização no período analisado, parece ocorrer uma certa apropriação de dados de regiões periféricas por instituições centrais, por exemplo, durante cursos de pós-graduação (especialização,

mestrado e doutorado). Isso pode ser tratado como uma forma de 'extrativismo epistêmico', tal como sugere Grosfoguel (2016). Surge em âmbito regional uma manifestação da divisão espacial do trabalho científico, na qual centros de nucleação tanto abrigam pesquisas sobre áreas periféricas, muitas vezes com os egressos pós-graduandos mantendo o vínculo aos grupos de pesquisa, quanto formulam teorias, metodologias que as periferias aplicarão em suas pesquisas.

Esse contexto gera inevitavelmente orientações epistemológicas, de forma que, agendas de pesquisa do período analisado acabam por refletir problemas dos grandes centros urbanos, enquanto realidades interioranas, amazônicas, de fronteiras agrícolas ou experiências comunitárias marginais (ribeirinhas, camponeses, indígenas etc.) acabaram pouco representadas de 1990 a 2017 em termos de vínculo com os processos ligados à globalização. Neste sentido, é necessário averiguar se atualmente se materializa o risco de generalização das experiências em locais periféricos a partir do entendimento e do olhar dos espaços centrais, ou seja, em termos de processos amplos conhecidos pelo viés do "centro". Caso se confirme, isso pode sugerir o perigo de haver pouco confronto entre teoria e empiria e, consequentemente, poucas novidades, problematizações, bem como, a diminuição na incorporação de alternativas teóricas.

3.2 Globalização ou mundialização?

Nos artigos analisados, os conceitos de Globalização e Mundialização são algumas das principais referências para a interpretação dos processos, o que suscita questões sobre sua relação: seriam eles sinônimos ou processos associados? Ou seriam conceitos capazes de expressar fenômenos distintos? Como eles aparecem nas pesquisas? Representam e interpretam quais processos?

As respostas a essas perguntas variam conforme a abordagem teórica adotada nas pesquisas, nas quais esses conceitos podem dialogar, complementar-se ou ser empregados separadamente. Considerando os autores requisitados nos artigos, o geógrafo Olivier Dollfus propõe uma distinção ao afirmar que a globalização corresponde a uma fase, desde os anos 1980, da mundialização, marcada pela liberalização econômica, pela expansão das grandes empresas e pela difusão das tecnologias de informação que estruturam os mercados mundiais (Dollfus, 1995). Nessa perspectiva, a mundialização pode ser entendida como um processo histórico de longa duração, que inclui, por exemplo, as grandes navegações, enquanto a globalização representa sua configuração atual sob o capitalismo

contemporâneo. Essa leitura dialoga com a interpretação de Milton Santos, para quem a globalização se caracteriza pela intensificação dos fluxos e pela ação de forças hegemônicas que articulam o espaço em escala planetária (Santos, 2000).

Nas pesquisas analisadas, embora alguns artigos aproximem globalização e mundialização e os utilizem para interpretar dimensões articuladas de um mesmo processo (Alberti et al., 2003; Mondardo, 2009; Santos, 2009), outros os relacionam, mas estabelecem distinções analíticas. É o caso de Silva (2005, p. 16), que associa a globalização a um processo que envolve a produção, o mercado, instituições e agentes econômicos, e considera a mundialização como um processo que, além desses fatores, também alcança os modos de vida, a cultura, o consumo e a vida cotidiana. Mesmo havendo centralidade de teorias utilizadas, os conceitos podem assumir diferentes ênfases históricas, econômicas, políticas, culturais e espaciais, de acordo com o diálogo que se estabelece com o tema (Figura 09) e os autores requisitados para o argumento. Em termos gerais, o conceito de globalização é requisitado para tratar de configurações contemporâneas de um processo histórico mais amplo de mundialização. Isso em termos gerais, pois devemos considerar que, em determinados estudos, os termos são utilizados de forma articulada e, em outros, analiticamente diferenciada.

Para a globalização, essa articulação entre temporalidade histórica e configuração contemporânea permite compreendê-la não como um processo inteiramente novo, mas como uma etapa de intensificação das relações capitalistas em escala mundial. Santos (2009) destaca que a formação do mundo globalizado possui antecedentes históricos anteriores à atual expansão das tecnologias digitais. Conforme discute a autora, as redes técnicas ampliam a interdependência entre os lugares, mas não eliminam as diferenças entre eles, de forma que sua implantação e seu funcionamento permanecem subordinados aos interesses dos agentes que controlam os fluxos mais estratégicos (Santos, 2009).

Essa interpretação destaca que a globalização não corresponde a um processo homogêneo de constituição do espaço mundial. Ainda que as redes estejam conectando determinados locais do território com grande intensidade, outros territórios permanecem marginalizados ou incorporados de forma subordinada. Neste sentido, a existência de uma infraestrutura técnica capaz de conectar diferentes lugares não quer dizer que todos participem das mesmas condições de mobilidade, decisão e apropriação dos benefícios econômicos. A globalização foi lida como produzindo, ao mesmo tempo, integração, fragmentação e fluidez para alguns atores, contudo, também promovendo a imobilidade para outros como parte do mesmo processo (Santos, 2009).

Chesnais (1996), outro autor muito requisitado, parece dar um sentido semelhante para o conceito de mundialização, privilegiando o viés econômico para problematizar a constituição de uma integração mundial (Chesnais, 1996). Para o autor, "globalização" é um termo surgido nas *business schools* estadunidenses no início dos anos 1980 e posteriormente difundido por consultores empresariais, pela imprensa financeira e pelo discurso neoliberal. Por essa origem, a palavra tende a apresentar a integração mundial como um processo natural, inevitável e benéfico, ocultando as relações de poder, os interesses empresariais e as desigualdades que estruturam a economia internacional.

O termo "mundialização do capital" seria mais adequado, segundo Chesnais (1996), porque explicitaria a essência do processo, que é a reprodução do capital por meio de sua internacionalização. Não se trata, portanto, de uma dinâmica neutra, universal ou homogênea, mas de um processo baseado na concentração econômica, na financeirização e na expansão de grandes empresas e instituições financeiras. Essa distinção é importante porque permite separar a dimensão material da expansão capitalista de sua representação ideológica. Enquanto a globalização pode aparecer como uma narrativa de abertura, integração e superação das fronteiras, a mundialização do capital destaca quais são os agentes e fatores que controlam os fluxos, bem como quais territórios são valorizados e quais grupos sociais assumem os custos dessa integração.

Essa leitura de Chesnais foi aproveitada por autores. Oliveira (2015), por exemplo, usou o conceito de mundialização do capital para problematizar as transformações do capitalismo e o avanço do neoliberalismo sobre a agricultura e seus efeitos. O conceito de mundialização foi usado para representar a concentração econômica e territorial no campo, com as empresas e *tradings* exercendo pressão sobre os agricultores e proprietários rurais com vista a monopolizar o controle da cadeia produtiva e a financeirização do processo.

Com um sentido parecido, mas usando o conceito de globalização, Antonio Filho (2002), por exemplo, parece desenvolver tal ideia ao questionar a distribuição dos benefícios associados à globalização. Para o autor, seria necessário não apenas reconhecer que as economias estão mais interligadas, mas identificar os agentes que comandam essa interdependência e os grupos que dela se beneficiam, em destaque para grandes corporações transnacionais da indústria e do capital financeiro. Desse modo, o discurso de uma "aldeia global" encobriria a existência de territórios profundamente desiguais, nos quais as possibilidades de participação nos circuitos mundiais seriam determinadas pela posição econômica e política de cada país e de cada grupo social.

Tomando a globalização como conceito central, pesquisas sobre a expansão das empresas transnacionais (ETNs) e sua forma de operar globalmente observaram como esse processo descrito por Antonio Filho (2002) tem se dado. Galvão e Pereira (2017), por exemplo, ressaltaram que as ETNs movimentaram investimentos de acordo com as oportunidades disponíveis, territorializando e desterritorializando processos e dinâmicas de acordo com incentivos oferecidos por governos locais. Esses processos acabam por aprofundar as diferenças entre os países, reduzindo o potencial de convergência e criando um ciclo vicioso de pobreza, que, por sua vez, tornava urgente o estabelecimento de instâncias supranacionais presentes e eficazes, bem como de um Estado indutor-normativo-regulador e da participação ativa da sociedade civil (Galvão e Pereira, 2017).

No contexto dos problemas destacados por Antonio Filho (2002) e Galvão e Pereira (2017), uma das direções de inquérito diz respeito a como esse processo modifica simultaneamente o campo e a cidade. Em relação ao campo, Elias (2013), por exemplo, utilizando-se da leitura de Milton Santos, compreendeu a globalização como uma racionalidade que subordinou a agricultura às exigências de produtividade, competitividade e inserção nos mercados internacionais. A difusão do meio técnico-científico-informacional introduziu novos objetos, normas e fluxos no território agrícola, vinculando a produção de *commodities* com as agroindústrias, com as empresas fornecedoras de insumos, com o sistema financeiro e com as redes de circulação. O agronegócio globalizado deixou de ser apenas uma atividade rural e passou a reorganizar cidades, serviços, infraestruturas e mercados de trabalho (Elias, 2013).

Os estudos das cidades, por seu lado, também investigaram as consequências da globalização e da mundialização. As cidades mundiais em países periféricos foram discutidas, tal como em Santos (2012), como portas de entrada e saída de capitais, informações e influências, mas inserindo-se nos circuitos globais de forma desigual. As discussões consideram, em termos gerais, que a concentração de investimentos em áreas capazes de oferecer maior rentabilidade produziu cidades periféricas marcadas por serem, de um lado, lugares que apresentam infraestrutura moderna, serviços avançados e conexão internacional, mas, por outro lado, contêm periferias, áreas de risco e espaços com acesso precário aos equipamentos urbanos (Santos, 2012).

Na Geografia brasileira, o conceito de globalização tem sido mais utilizado do que o de mundialização. Essa predominância, contudo, não significa que os estudos negligenciem a análise das relações econômicas estruturais destacadas por autores da mundialização, como Chesnais. Em alguns casos, globalização é o termo empregado para nomear a forma

atual de expansão do capital, das redes técnicas, das empresas transnacionais e dos fluxos financeiros, bem como seus efeitos territoriais e sociais, enquanto mundialização aparece para acentuar a historicidade, a abrangência e a dimensão estrutural desse processo, incluindo a circulação cultural e a transformação das práticas cotidianas.

Dessa forma, os artigos analisados permitem considerar que, embora haja distinções conceituais e não sejam necessariamente equivalentes, globalização e mundialização são processos articulados. A distinção entre os conceitos, portanto, não deve produzir uma separação rígida. Mais do que fenômenos isolados, globalização e mundialização designam dimensões que podem ser articuladas na interpretação de uma situação geográfica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos 96 artigos publicados em 28 periódicos entre 1990 e 2017 parece demonstrar a consolidação do debate sobre globalização na Geografia Brasileira, apresentando também alguns limites estruturais e epistemológicos. Observou-se crescimento quantitativo da produção, forte concentração regional no eixo Sudeste–Sul e centralidade institucional e autoral. Com isso, o campo científico reproduziu, em parte, as mesmas desigualdades espaciais que buscou analisar. Do ponto de vista teórico, a centralidade de Milton Santos é paradigmática. Sua formulação do meio técnico-científico-informacional e sua leitura crítica da globalização estruturaram conceitos, problemas e categorias do debate nacional. Essa hegemonia produziu ganhos importantes, como densidade conceitual, coerência analítica e sensibilidade ao Sul global, contudo, pode também limitar a renovação das perguntas diante de transformações recentes. Não se trata, obviamente, de evitar a teoria de Milton Santos, mas sim, ao contrário, abrí-la ao diálogo com vista impedir engessamentos. A ampliação epistemológica torna-se, assim, estratégica e fundamental.

A própria produção científica, marcada por concentração institucional, indica a existência de uma situação que detém os riscos de reprodução de hierarquias externas no âmbito do conhecimento crítico. No plano conceitual, a recorrência de globalização e mundialização apontou para a necessidade, no período, de uma maior precisão teórica. A globalização foi interpretada majoritariamente como aprofundamento do capitalismo, leitura ainda pertinente, mas que precisa dialogar com fenômenos emergentes como a financeirização intensificada, o capitalismo de plataformas, crise socioambiental, crise climática, novas geopolíticas mundiais, retomada dos nacionalismos, ascensão da extrema

direita, reconfigurações do trabalho etc. Novas pesquisas sobre a produção científica nos últimos 9 anos podem indicar, ou não, a incorporação de tais perspectivas.

Ficam assim perguntas para serem respondidas: A Geografia brasileira tem combinado a tradição crítica com inovação teórica? Tem ampliado sua capilaridade regional, investigação local, e sua inserção nos debates internacionais sobre globalização? Em termos propositivos: Como preservar a densidade teórica acumulada sem incorrer em rigidez paradigmática? Como descentralizar a produção científica e democratizar as pesquisas? Como atualizar no período atual as categorias geográficas para interpretar a globalização?

REFERÊNCIAS

AGUILAR, R. L. de; FONSECA, C. N. da; CHRISTAN, P. A expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil entre 1991 e 2020. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 17, p. 1–19, 2023.

ALBERTI, E. A.; REIS, J. T.; BEZZI, M. L. Considerações sobre a estruturação da nova ordem mundial: a globalização. **Geografia (Londrina)**, v. 12, n. 2, p. 163–178, 2003.

ANTONIO FILHO, F. D. Globalização: para quem? **Geosul**, v. 17, n. 33, p. 7–21, 2002.

ASSIS, L. F. de. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOLLFUS, O. Mondialisation, compétitivités, territoires et marchés. **L'Espace Géographique**, n. 3, p. 270–280, 1995.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial Geografia Agrária, p. 13-32, 2013.

GALVÃO, C. A.; PEREIRA, V. de F. Empresas transnacionais (ETNs) e os países pobres: reflexões sobre a governança global. **Geosul**, v. 32, n. 63, p. 7–48, 2017.

GROSFOGUEL, R. Do «extrativismo económico» ao «extrativismo epistêmico» e «extrativismo ontológico»: uma forma destrutiva de conhecer, ser e estar no mundo. **Tabula Rasa**, n. 24, p. 123–143, 2016.

HARVEY, D. **Limits to Capital**. London; New York: Verso, 2006.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JÚNIOR, E. A. P. Nova dinâmica global, indústria e reestruturação do espaço – discussão teórica e a experiência dos municípios de Horizonte e Pacajus (CE). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 2, n. 1, 2012.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MONDARDO, M. L. Identidades territoriais e Globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização. **Geo UERJ**, Ano 11, v.2, n.19, p.111-137, 2009.

MOREIRA, R. **Pensamento geográfico brasileiro**. v. 3. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 228–244, 2015.

PINTO, V. A. M. **Geometrias de poder e espacialidades da produção científica da geografia brasileira de 1998 a 2018**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

PINTO, V. A. M.; SILVA, J. M.; JUNCKES, I. J. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: o caso da revista da Anpege no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 65-82, 2021.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

REYES NOVAES, A.; LAMEGO, M. A. Brazilian universities and graduate programmes in geography: Institutional developments and political challenges. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 47, n. 1, p. 16-22, 2022.

RÜCKERT, Aldomar A. & CARNEIRO, Camilo Pereira. “Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: integração sul-americana e regiões periféricas**.** Porto Alegre: Editora Letra1, p.11-39, 2018. DOI 10.21507/9788563800367-01

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. P. A cidade mundial dos países em desenvolvimento acirra a diferenciação de lugares urbanos no processo de globalização. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 1, p. 173-206, 2012.

SANTOS, R. C. B. Redes técnicas e globalização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 34, n. 1, p.95-102, 2009.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, v. 28, n.1, p. 15–32, 2016.

SILVA, C. H. C. As cidades mundiais na contemporaneidade. **Geosul**, v.20, n.39, p.7-27, 2005.

SOUZA, K. P. de. **Produção acadêmica, rede científica e formação da comunidade epistêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia:** uma contribuição dos estudos métricos da informação. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ZORZAL E SILVA, M. Transformações urbanas sob os efeitos dos processos de globalização: os casos de Vitória-ES-Brasil e de Tete-Moçambique-África. **Geografares**, n. 14, p. 1-31, 2020.

***